



Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná



Filiada à



19º Grito da Terra Brasil

Paraná foi representado por 120 trabalhadores rurais

5 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais participaram da marcha pela Esplanada dos Ministérios apresentando suas reivindicações à sociedade.



As principais reivindicações desta 19ª edição foram: desapropriar terras para fins de reforma agrária; investir na regularização e no desenvolvimento social, produtivo e ambiental dos projetos de assentamento existentes; e disponibilizar recursos financeiros na ordem de R\$ 42 bilhões para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014.

A Fetaep mobilizou 120 trabalhadores rurais – entre eles dirigentes sindicais de sua base – para participar das atividades do 19º Grito da Terra Brasil, que aconteceu nos dias 21 e 22 de maio. Três ônibus paranaenses saíram do interior do Estado rumo à capital federal com representantes das dez regionais da Federação. Ao todo, 5 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais participaram da marcha pela Esplanada dos Ministérios apresentando suas reivindicações à sociedade.

A Federação foi representada pelo presidente, Ademir Mueller, pela secretária de Políticas Sociais, Marucha Vettorazi, pelo secretário de Assalariados e Finanças, Jairo Correa, pelo secretário de Política Agrícola, José Carlos Castilho, e pela coordenadora estadual de Mulheres, Mercedes Demore. Segundo Ademir Mueller, essa edição do 19º Grito da Terra foi marcada pela democracia uma vez que a

pauta foi amplamente debatida entre a Contag e os ministérios e também com a presidenta Dilma Rousseff.

No entanto, é preciso ressaltar que a negociação continua e que o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) estará sempre em busca de novos avanços que beneficiem a categoria. “Vamos ficar atentos ao cumprimento das ações anunciadas pelo governo”, anunciou Mueller em nome do Paraná.

GTB – Anualmente, o MSTTR apresenta uma pauta ao governo federal com as principais demandas da categoria trabalhadora rural. O documento deste ano contou com 66 itens e as principais reivindicações foram: desapropriar terras para fins de reforma agrária; investir na regularização e no desenvolvimento social, produtivo e ambiental dos projetos de

assentamento existentes; e disponibilizar recursos financeiros na ordem de R\$ 42 bilhões para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014.

A pauta do 19º Grito da Terra Brasil foi entregue à presidenta Dilma Rousseff no dia 24 de abril, no Palácio do Planalto. Desde então, várias audiências já aconteceram com os ministérios.





Maio

Dia	Ações	Participantes
02	Reunião de organização do Congresso Estadual da CTB.	Jairo Correa e Clodoaldo Gazola
02	Reunião do Coletivo de Política Agrária na Fetaep.	Marcos Brambilla e Ademir Mueller
03	Reunião da Secretaria de Política Agrícola sobre a instalação do Coletivo do Fumo.	José Carlos Castilho e Ademir Mueller
06 e 07	Reunião da REAF em Brasília.	Mercedes Demore
07	Mesa-redonda entre Fetaep, Sindicatos e Faep no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).	Jairo Correa, Mário Plefk, Clodoaldo Gazola e Carlos Buck
08	Posse da diretoria de Quedas do Iguaçu.	Ademir Mueller e Marcos Brambilla
09	Reunião da Adapar na Secretaria de Abastecimento e Agricultura (Seab).	Ademir Mueller
09	Reunião no Ministério Público Federal sobre a Ação Civil Pública referente ao enquadramento sindical da agricultura familiar.	Ademir Mueller, João Batista, Antonio Miozzo e Carlos Buck
10	Reunião de negociação da Convenção Coletiva de Trabalho com os STTRs de Jussara, Cianorte e Indianópolis.	Clodoaldo Gazola
10	Posse da nova diretoria do STTR de Jardim Alegre.	Mário Plefk
13	Reunião sobre o estatuto padrão dos Sindicatos.	Diretoria
14	Reunião do Conseleite na Faep.	José Carlos Castilho
14	Reunião com mulheres trabalhadoras rurais no STTR de São José das Palmeiras.	Mercedes Demore e Marucha Vettorazzi
14	Visita dos jovens de Quebec, Canadá, à Fetaep.	Ademir Mueller e Marcos Brambilla
15	Visita dos jovens da Casa Familiar Rural de São Jorge do Patrocínio à Fetaep.	Ademir Mueller e Mercedes Demore
15 e 16	Seminário da Regional Sul sobre Assalariamento Rural no Mercosul em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul.	Jairo Correa
16	Encontro de Mulheres na Expoingá.	Mercedes Demore e Marucha Vettorazzi
16	Reunião da executiva do projeto Resgatando a Cidadania no Ministério do Trabalho e Emprego.	Clodoaldo Gazola
16	Reunião com assessores regionais na Fetaep sobre prestação de contas junto ao Senar.	Ademir Mueller, José Carlos Castilho e Marcos Brambilla
17	Assinatura dos Contratos Habitacionais do Empreendimento de Bom Jesus do Sul, em Bom Jesus do Sul.	Aristeu Ribeiro.
18	Encontro da 3ª Idade em Itapejara do Oeste.	Mercedes Demore
18	Confraternização em comemoração aos 50 anos do STTR de Astorga.	Ademir Mueller
18	Eleição da diretoria e do conselho fiscal do STTR de Altônia.	José Carlos Castilho
20	Comemoração dos 57 anos da Emater.	Ademir Mueller
20	Reunião com a Fronteira Sul em Laranjeiras do Sul.	Mercedes Demore
20	Discussão da pauta de negociação coletiva com os Sindicatos da região de Reserva.	Clodoaldo Gazola
20 e 21	19º Grito da Terra Brasil, em Brasília.	Ademir Mueller, Jairo Correa, José Carlos Castilho, Mercedes Demore e Marucha Vettorazzi
22	Reunião do Conselho Administrativo do Senar.	Marcos Brambilla
22	Reunião do Conselho Fiscal do Senar.	Mário Plefk
23	Reunião para assinatura do termo aditivo de Biodiesel na Fetaep.	Ademir Mueller e José Carlos Castilho
23	Negociação da Convenção Coletiva do STTR de Guarapuava.	Jairo Correa e Clodoaldo Gazola
23	Seminário sobre a Organização do Trabalho Rural na Justiça Federal do Paraná.	Ademir Mueller, Antonio Miozzo e Marileia Tonieto
24	Reunião sobre previdência e habitação rural em Diamante do Oeste.	Marucha Vettorazzi
24	Posse da diretoria do STTR de Corbélia.	Ademir Mueller
27	Discussão da pauta de negociação coletiva com os Sindicatos da região de Telêmaco Borba com a Klabin.	Clodoaldo Gazola
27 a 29	Oficina da Enfoc em Brasília, na Contag.	Mário Plefk
28 e 29	Reunião do Conselho Estadual da Mulher.	Mercedes Demore
28 e 29	Grupo de Trabalho da Saúde em Brasília.	Marucha Vettorazzi

19º Grito da Terra Brasil

O mês de maio é, tradicionalmente, marcado como a data-base dos trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiros. Juntos, por meio do Grito da Terra Brasil, negociamos uma série de questões importantes para a categoria perante o governo federal. Como resultado do nosso trabalho, podemos afirmar que aproximadamente 70% das políticas públicas existentes no Brasil voltadas aos rurais são oriundas das ações do MSTTR (Grito da Terra, Marcha das Margaridas, Festival da Juventude, Mobilização dos Assalariados, entre outros).

Este ano, o Grito da Terra Brasil foi marcado pelo debate e pela negociação. A pauta da 19ª edição foi amplamente debatida com várias esferas do governo, tendo seu pontapé inicial no dia 24 de abril, quando entregamos a pauta à presidenta Dilma Rousseff. Ela, por sua vez, orientou aos ministros presentes – do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria da República e do Ministério da Pesca – que negociassem e distribuissem a pauta aos demais ministérios ausentes na reunião. A partir daí, até a realização do Grito, aconteceram 14 reuniões com ministros e 36 com as assessorias e secretarias dos ministérios, ou seja, mantivemos um contato constante com as esferas do governo em busca de melhores condições de trabalho e renda e de uma vida digna no campo.

Já nas ações do Grito, realizado nos dias 21 e 22 de maio, um pequeno grupo se reuniu com a presidenta para discutir os principais eixos a serem debatidos, encaminhados e aprovados por ela. Entre os pontos, destacamos a reforma agrária, a valorização da agricultura familiar e a efetiva instalação da Política Nacional para Assalariados Rurais dentro de um projeto de desenvolvimento sustentável do país.

Como resultado desse 19º Grito da Terra, a Fetaep espera que ainda sejam anunciadas questões que ficaram pendentes, como o valor total dos recursos que serão destinados para a agricultura familiar no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e Habitação Rural, entre outros. O pedido de volume total de todas as políticas públicas foi de R\$ 42 bilhões. Esperamos obter essas respostas no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, marcado para o dia 06 de junho, em Brasília.

Ademir Mueller
Presidente da Fetaep

► Expediente

INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES
NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ
Av. Silva Jardim, 775 – Rebouças – Curitiba (PR) – Fone: (41) 3322-8711

Presidente: Ademir Mueller; Vice-presidente: Mário Plefk; 2º Vice-presidente: José Carlos Castilho; 3º Vice-presidente: Maria Marucha Vettorazzi; Secretário: Aristeu Ribeiro; Tesoureiro: Jairo Corrêa de Almeida; Coordenadora de mulheres: Mercedes Panassol; Coordenador de jovens: Marcos Brambilla.

Jornalista responsável: Renata Souza - 5703 SRTE/PR - e-mail: imprensa@fetaep.org.br
Projeto gráfico e diagramação: RDO Brasil - (41) 3338-7054
Impressão: Gráfica AJJR | Tiragem: 5 mil exemplares | Apoio: Senar-PR

► Notas FETAEP

Nomeação Juiz Cássio Colombo Filho

A presidenta Dilma Rousseff nomeou o juiz Cássio Colombo Filho como desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - PR. A Fetaep comemorou a indicação uma vez que somou esforços para referendar sua nomeação. O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais espera que ele continue trabalhando com dedicação e afinco, promovendo a justiça entre o capital e o trabalho. A nomeação foi publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de abril.

57 anos de Emater



A Fetaep, sendo representada pelo presidente Ademir Mueller, participou da comemoração dos 57 anos do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater Paraná, que fez a primeira videoconferência, a partir de Curitiba, para as 21 unidades regionais da empresa no interior do Estado. A sede da Fetaep foi um dos pontos de transmissão, com a participação de mais de 100 ematerianos. Na ocasião, o novo portal da empresa na internet foi apresentado.

Previdência - Mães adotantes

Mulheres que adotam crianças também têm direito ao salário maternidade de 120 dias, independente da idade da criança, graças à sentença do Ministério Público Federal de emitida em junho de 2012. "No caso das mulheres que trabalham na lavoura sob o regime de economia familiar, as seguradas especiais, o valor a ser recebido é de um salário mínimo", informa a secretária de Saúde da Fetaep, Marucha Vettorazzi. O agendamento para a solicitação do benefício pode ser feito pelo telefone 135, das 7h às 22h. Informem-se junto aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de seu município.

Formas de Organização do Trabalho Rural foram discutidas entre Fetaep e Justiça Federal



A Seção Judiciária do Paraná promoveu o seminário sobre Formas de Organização do Trabalho Rural, no dia 23 de maio, que contou com a participação da Fetaep. Voltado aos profissionais e acadêmicos das áreas de direito, sociologia e economia, além de representantes de outras instituições públicas e privadas, o seminário teve como objetivo apresentar uma análise histórica da transformação da organização do trabalho rural no Brasil e da evolução do direito à aposentadoria como trabalhador rural.

O presidente da Fetaep, Ademir Mueller, participou da solenidade de abertura e o assessor jurídico da Federação, Antonio Miozzo, ministrou uma palestra sobre os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais no que diz respeito à previdência rural - normativos administrativos e regramento de leis. Para enriquecer o debate, a Fetaep levou três trabalhadores rurais da Região Metropolitana de Curitiba que relataram suas dificuldades perante a previdência social. O evento aconteceu no auditório da Justiça Federal do Paraná.

Leite em pauta

Valores de Referência da Matéria-Prima Leite

Matéria-prima	Abril 2013 (Valor Final)	Mairo 2013 (Projeção)
Valores de Referência para o CONSELEITE IN62**		
Posto Propriedade	0,7894	0,8175

(**) O "Valor de referência CONSELEITE IN62" refere-se a um leite que tem 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

SENAR-PARANÁ

Maio/2013

QUALIFICANDO E
PROMOVENDO A
FAMÍLIA RURAL



senarpr.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Eucalipto: faça a escolha certa



SENAR-PR atualiza conteúdo do curso de Cultivo de Eucalipto

Em parceria com a Embrapa Florestas, o SENAR-PR atualizou o conteúdo do curso Trabalhador em Reflorestamento (matas homogêneas) - cultivo de eucalipto. São sete blocos: escolha das espécies; implantação e manejo; nutrição e adubação; doenças e pragas de eucalipto; manejo de plantações florestais - desrama e desbaste; aspectos

econômicos para o cultivo de eucalipto e tecnologia industrial e tratamento madeira. O treinamento ocorreu de 22 a 24 de maio com a participação de 20 instrutores e técnicos do SENAR-PR, além dos pesquisadores da Embrapa.

Durante a qualificação, foram ministradas aulas teóricas e ocorreu ainda o Dia de Campo na Fazenda Cambiju, em Ponta Grossa. A propriedade tem seis mil hectares, dos quais três mil destinados ao plantio de pinus e 320 ha ao eucalipto, sendo considerada modelo em reflorestamento.

Segundo o engenheiro florestal e técnico do SENAR-PR, Néder Maciel Corso, "a escolha da espécie de eucalipto a plantar é fundamental para que o produtor obtenha sucesso nessa cultura. Se ele entrar nessa fase o restante das ações fica comprometido. Por isso, estendemos o conteúdo do curso para que o produtor seja bem orientado. É nessa etapa que ele precisa definir também qual será o destino da sua produção - para energia; para a indústria de papel e celulose ou para serraria".

Corso destaca que boas informações proporcionam ao produtor a melhor escolha da espécie. "Ele precisa estar atento para o grau de resistência da planta em baixas temperaturas, pois árvores de espécies sem tolerância podem ser queimadas pela geada. No Paraná o trio é o que mais limita a atividade", completa.

Variedades clonadas

O instrutor Emerson Massoqueto Batista, da região de São Mateus do Sul, apontou que a maior dificuldade do produtor que resolve investir no cultivo de eucalipto é a escolha das variedades e a adubação. "Nas regiões Centro-sul e Sul do Paraná há bem pouco tempo não tínhamos espécies adaptadas ao clima. Agora existem variedades clonadas que apresentam bons resultados, mas ainda é o maior desafio".

Ele ressaltou também a importância da atualização do conteúdo do curso "que permite receber novos dados provenientes das pesquisas e temos a oportunidade de trocar informações com os instrutores de outras regiões do estado, onde as condições de plantio e dificuldades enfrentadas são diferentes", completa.



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente
Ajda Menegotto - FIEP

Membros Titulares
Ademir Mueller - FETAEP
Dario Piana - FICOMERCIO
Wilson Theissen - OCEPAR
Foscarini Carl Zanetti - SENAR AC

Membros Suplentes

Marco Junior Bramolla - FETAEP
Julio Luiz Rodrigues Baccile - SENAR AC
Nelson Costa - OCEPAR
Alvaro Bittencourt - FICOMERCIO

CONSELHO FISCAL

Membros Titulares
Sébastião Olimpio Sentinhas - FIEP

Jairo Correa de Almeida - FETAEP
Luiz de Oliveira Netto - SENAR AC

Membros Suplentes
Ciro Tadeu Alcântara - FIEP
Lauro Lopes - SENAR AC
Mario Peltz - FETAEP

SUPERINTENDENTE
Humberto Malucelli

Novo Conselho Fiscal da Contag tomou posse

Ademir Mueller repassou cargo de conselheiro ao coordenador estadual de Jovens da Fetaep e secretário de Agrárias, Marcos Brambilla.



O coordenador estadual de Jovens da Fetaep e secretário de Agrárias, Marcos Brambilla, assumiu, em 26 de abril, o cargo de conselheiro fiscal da Contag – cargo antes exercido pelo presidente da Federação, Ademir Mueller. Para Brambilla, assumir importante cadeira no Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais representa um grande desafio a ser cumprido. “Farei o meu melhor em prol do crescimento e representatividade da Contag, primando pela justiça acima de tudo”, destaca.

“A minha expectativa é muito grande, pois no passado a responsabilidade de representar a nossa Federação na direção da Contag era desempenhada pelo presidente. No entanto, mesmo sendo jovem, acredito que com a experiência que tenho - em trabalhos já realizados no STTR de Capitão Leônidas Marques, na Fetaep e em outros espaços como na Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado (Coprofam) e na Reunião Especializada sobre a Agricultura familiar no Mercosul (REAF) - me credencia a fazer um bom trabalho e ajudar a Contag a otimizar ao máximo os recursos financeiros para o fortalecimento do MSTTR como um todo”, afirma, dizendo ainda que estará sempre presente junto à direção da Contag acompanhando as ações e fiscalizando a aplicação dos recursos.

Ademir Mueller, em nome da Fetaep, deseja sucesso ao coordenador estadual de Jovens e espera que ele fiscalize e contribua com sugestões para o futuro do MSTTR. “Por ser jovem e atuante, acredito e confio que Brambilla fará um grande trabalho junto aos conselheiros dos demais Estados”, comenta Mueller. ■

Presidente da Contag avalia atuação do Paraná no Conselho Fiscal

“Vou repetir o que já disse em várias ocasiões, o Paraná – representado pelo Ademir Mueller – teve uma postura que foi além do papel de um conselheiro fiscal. Ele ajudou em todos os níveis. Visando proteger a Contag, cumpriu dignamente seu papel alertando quando preciso e elogiando quando merecido. Além disso, sempre colaborou como um dirigente sindical atuante e atento às necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Espero a mesma conduta de Marcos Brambilla. Que ele siga essa mesma linha de sugerir, orientar e de dar ideias tanto nas questões

políticas quanto nas sindicais”, Alberto Broch, presidente da Contag. ■



Piso regional – Acréscimo será de 12,69%

Valor para os trabalhadores rurais passa a ser R\$ 882,59.

O governador Beto Richa sancionou, no dia 1º de maio, o reajuste do salário mínimo regional paranaense, que terá acréscimo de 12,69%. A partir do reajuste, o piso para os trabalhadores empregados nas atividades agropecuárias, florestais e da pesca passa a ser de R\$ 882,59.

A Fetaep comemora o reajuste e, desde já, informa aos seus 308 sindicatos da base que, em caso de não assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho ou do Acordo Coletivo, é o piso do Estado (grupo I) que passa a vigorar para os trabalhadores rurais.

A legislação determinou para 2013 uma reposição real de 5,1%, taxa que leva em conta o crescimento do Produto Interno Bruto do País (PIB) em 2010 e 2011. Além disso, foi aplicada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) dos últimos doze meses, terminados em março. Em 2012, o aumento do piso regional no Paraná foi de 10,32%. O piso do salário mínimo regional do Paraná é o maior do Brasil. ■

Grupo I R\$ 882,59	Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 6 da Classificação Brasileira de Ocupações.
Grupo II R\$ 914,82	Trabalhadores de Serviços Administrativos, Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio e Lojas e Mercados e Trabalhadores de Reparação e Manutenção, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 4, 5 e 9 da CBO.
Grupo III R\$ 949,53	Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da CBO.
Grupo IV R\$ 1018,94	Técnicos de Nível Médio, correspondentes ao Grande Grupo 3 da CBO.

Coletivo de Agrária debateu a questão fundiária

A reunião é uma maneira de assegurar que as ações do Coletivo sejam subsidiadas com informações atualizadas, visando uma participação mais sólida e consistente dos dirigentes junto à base.



Entre os principais entraves levantados pelos 30 participantes foi a criação de normas por parte dos analistas da UTE (Unidade Técnica Estadual), que fogem do manual operativo e do regulamento do PNCF.

Com o objetivo de avaliar as ações em torno dos assentamentos do Incra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), a secretaria de Agrária da Fetaep reuniu, no dia 02 de maio, os participantes do seu coletivo. A média de participação foi de três dirigentes por região sindical, somando um total de 30 integrantes – sendo a maioria diretamente envolvida com os acampados e com as questões em torno do crédito fundiário.

Segundo o secretário de Agrária, Marcos Brambilla, a reunião é uma maneira de assegurar que as ações do coletivo sejam subsidiadas com informações atualizadas para que os participantes atuem de uma maneira mais sólida e consistente junto à base. “Levamos a eles uma série de dados atualizados acerca da reforma agrária no Brasil como um todo. Além disso, fizemos um resgate do que vem acontecendo no

país nos últimos 18 anos no que diz respeito à distribuição de terra entre a agricultura familiar e a agricultura empresarial”, salientou o secretário de Agrária da Fetaep.

Do encontro saíram as seguintes demandas: aumentar a pressão junto aos órgãos competentes como o Incra, nas ações de reforma agrária, e dialogar com o governo do Estado, em especial com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Seab), para melhorar os trâmites em torno do PNCF – dando, dessa forma, maior agilidade ao programa.

“Entre os principais entraves levantados pelos dirigentes sindicais estava a criação de normas por parte dos analistas da UTE (Unidade Técnica Estadual), que fogem do manual operativo e do regulamento do programa”, afirma Brambilla, dizendo ainda que tal atitude tem implicado no atraso e na demora das contratações chegando, em alguns casos, inviabilizar a negociação. ■

Coletivo de Fumo é formado no Paraná

O papel do Coletivo será buscar políticas públicas que propiciem a diversificação das propriedades que têm o tabaco como atividade principal, além de orientar os trabalhadores.



Assessor de Planejamento da Fetaesc, Irineu Berezanski, relatou como é o trabalho realizado pela Federação de Santa Catarina em prol dos agricultores que trabalham com o fumo.

A Fetaep sediou, no dia 03 de maio, a reunião preparatória para a formação do Coletivo de Fumo

que deverá acompanhar as políticas relacionadas ao agricultor e ao exercício da atividade no Paraná. Segundo o secretário de Política Agrícola da Fetaep, José Carlos Castilho, o papel do Coletivo será buscar políticas públicas que propiciem a diversificação das propriedades que têm o tabaco como atividade principal, além de orientar os trabalhadores desde a produção até a comercialização com as fumageiras.

“Para esclarecer e facilitar a implantação desse trabalho segmentado, convidamos o assessor de Planejamento da Fetaesc, Irineu Berezanski, que possui experiência sobre o tema”, informou Castilho. De acordo com ele, Santa Catarina já possui um trabalho voltado aos agricultores que

atuam com o fumo e a Fetaep pretende adaptar a realidade deles para o Paraná. Ao todo, estiveram presentes 50 participantes, entre dirigentes e produtores de fumo.

Para o assessor da Fetaesc, esse trabalho segmentado é importante para organizar e planejar as atividades que visam integrar e defender os trabalhadores. “É importante salientar que não estamos defendendo aqui o ato de fumar, mas sim os trabalhadores que lidam com o fumo. Afinal, precisamos protegê-los das grandes empresas fumageiras”, destacou Irineu Berezanski.

O Coletivo será oficialmente instaurado no dia 11 de junho. ■

19º Grito da Terra Brasil e seus avanços

Respostas que o governo apresentou à Contag e às Fetags.



5 mil trabalhadores rurais em marcha por melhores condições de trabalho e renda.

Após as audiências realizadas – antes e durante do Grito da Terra – o governo anunciou suas respostas à pauta da Contag. Confira abaixo as principais.

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

O governo federal respondeu a pauta de reivindicações do 19º Grito da Terra Brasil. O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, anunciou que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) está autorizando as Superintendências Regionais a realizarem a vistoria de 1 milhão de hectares de terra nos próximos 12 meses. No dia 22 de maio, foi assinado pelo presidente do Incra, Carlos Guedes, um memorando que autoriza o início de vistorias em 159 áreas, sendo 90 destinadas para o público da Contag.

Carlos Guedes informou que, em 2013, a meta será contratar 30 mil novas moradias para os



assentados(as). Desse total, o recurso para 5 mil já está no banco. “O Incra já descentralizou R\$ 15 milhões para viabilizar as unidades habitacionais”, disse.

Já Pepe Vargas adiantou que o Plano Safra da Agricultura Familiar 2013-2014 será



lançado em 6 de junho, no Palácio do Planalto, onde serão anunciados os valores para custeio, investimentos e para outros programas, como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (PNAE). No entanto, já adiantou que, na mesma ocasião, será criada a Agência Nacional de Assistência Técnica e a possibilidade de criar agroindústria sem desenquadrar o(a) agricultor(a) da condição de segurado especial da Previdência Social.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego



O ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, fez três anúncios. O primeiro foi a reserva de um assento para a Contag no Conselho Nacional de Relações do Trabalho. O segundo foi a constituição da Comissão de Assalariados(as) Rurais para discutir uma política específica para esse público. E, por fim, quanto à reivindicação que trata da representatividade e enquadramento sindical, ficou acordada a continuidade do diálogo entre a Contag e o MTE para desdobrar esse trabalho em busca da aprovação do PL 751/2003.

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

O ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella, atendeu à demanda apresentada de assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a Contag e o Ministério para o desenvolvimento de atividades de cadastro, formação, pesquisa, extensão, produção, beneficiamento e comercialização neste setor. Também foi assinado acordo com o Sindicato dos Pescadores para atender as necessidades dos ribeirinhos e garantir a emissão da carteira de pescador, que permitirá o acesso a diversas políticas públicas.

Indústria, Educação e Saúde

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio abriu uma vaga para a Contag no grupo que debate o setor canavieiro. O Ministério da Educação (MEC) fez o compromisso de criar o Centro Nacional de Formação em Educação do Campo, em Caldas Novas (GO), e a publicação do edital para contratação de professores em Educação do Campo até o final de maio. Por fim, o Ministério da Saúde adiantou que serão criados, nesse ano, mais cinco CERESTs Rurais.

Mulheres

A representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Raimunda de Mascena, anunciou a retomada do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Sobre as Unidades Móveis, ela informou que 54 já estão com as licitações prontas e as primeiras serão entregues em agosto deste ano. “Precisamos pactuar com os governos estaduais para que todas sejam entregues”, explicou. A SPM vai retomar a Campanha de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e o prêmio Mulheres que Produzem o Brasil Sustentável, que visa apoiar a organização produtiva das trabalhadoras rurais.

Audiência com Dilma Rousseff

A diretoria da CONTAG reuniu-se com a presidenta Dilma Rousseff na tarde do dia 21 de maio, no Palácio do Planalto, para negociar

as principais reivindicações da pauta do 19º Grito da Terra Brasil. Esta negociação direta com a Presidência da República é algo inédito na trajetória de 50 anos da Contag. Neste ano, a diretoria da Confederação sentiu a necessidade de provocar esse espaço de diálogo mais aprofundado sobre alguns temas do desenvolvimento rural brasileiro, especialmente para tratar da importância da agricultura familiar, dos assalariados rurais, da necessidade de avançar na política de Reforma Agrária, das demandas de licenciamento ambiental, dentre outros. Também foram debatidas a necessidade de o governo intervir na mudança da legislação sobre a representatividade sindical e de avançar no Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014.



Contag, Fetaep e Fetag-RS nas ações do 19º Grito da Terra Brasil.

Avaliação de Alberto Broch, presidente da Contag

Apesar de o governo federal não ter anunciado, ainda, os valores do Plano Safra da Agricultura Familiar 2013-2014, o presidente da Contag, Alberto Broch, avaliou que este 19º Grito da Terra Brasil garantiu muitos avanços para a categoria trabalhadora rural. “Tivemos um processo democrático, autônomo e independente e reconhecemos o empenho do governo ao longo desse período de negociação”. No entanto, queremos a continuidade das negociações e o monitoramento do cumprimento das ações anunciadas pelo governo. “O nosso maior desafio é fazer com que as políticas cheguem aos municípios e beneficiem, de fato, os nossos trabalhadores e trabalhadoras rurais”. ■

12 jovens de Quebec, no Canadá, visitaram a Fetaep em busca de conhecimentos sobre o MSTTR paranaense



“Eles não estão se sentindo representados pela atual estrutura sindical do Canadá e, por isso, vieram aprender mais aqui para, quem sabe, implantarem no futuro mudanças diferenciadas em prol dos pequenos produtores”, informa Brambilla.



A comunicação entre os canadenses e a Fetaep se deu por meio da tradução simultânea.

Doze jovens de Quebec, no Canadá, estiveram na Fetaep no dia 14 de maio buscando conhecer a estrutura sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais paranaenses. Como lá eles possuem apenas um único sindicato e uma única federação, que representa tanto os grandes quanto os pequenos, para os canadenses a vinda ao Paraná representou um grande aprendizado acerca de como o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais está estruturado.

“Eles não estão se sentindo representados pela atual estrutura sindical do Canadá e, por isso, vieram aprender mais aqui para, quem sabe, implantarem no futuro mudanças diferenciadas em prol dos pequenos produtores”, informa o coordenador estadual de Jovens da Fetaep, Marcos Brambilla.

Na ocasião, o presidente da Fetaep, Ademir Mueller, apresentou a Federação como um todo, enquanto os demais diretores sanaram algumas dúvidas da comitiva que, em sua maioria, diziam respeito ao relacionamento da Fetaep com os seus públicos: tanto a base, como o sistema patronal e os governos municipal, estadual e federal. Além disso, também questionaram acerca de como a Federação se organiza no Estado e quais os planos de lutas e as políticas públicas encabeçadas.

A vinda dos canadenses ao Brasil se deu por meio de um Termo de Cooperação Técnica firmado entre o governo de Quebec e o do Paraná. Foi uma iniciativa da Federação de Jovens Agrícolas de Quebec, juntamente com a União de Produtores Agrícola de Quebec (UPA). A Fetaep fez parte de um grupo de trabalho que montou o roteiro de visitas desse grupo, que fica no Brasil até o dia 24 de maio. “Para eles, o Paraná é um Estado que tem uma produção agrícola estruturada e por isso demandaram conhecer o nosso movimento”, comenta Brambilla.

Depois de passarem pela Fetaep, o grupo seguiu para o interior do Estado para visitar as propriedades de alguns agricultores familiares de Santa Lúcia (Oeste) e o Sindicato dos Trabalhadores

Rurais de São Miguel do Iguazu (Oeste). “Também os acompanhamos a uma visita à propriedade do jovem agricultor assentado pelo crédito fundiário, Odair Jacó Braun, em Corbélia (Oeste), que trabalha com olericulturas e vende sua produção em feiras, mercados e para o Ceasa de Cascavel. Além de repassar também para os programas PAA e PNAE”, diz o coordenador estadual de Jovens.

O grupo ficou no Paraná entre os dias 14 e 24 de maio e, nesse meio tempo, visitaram universidades, centro de pesquisas, unidades de experimentos do IAPAR, agricultores familiares com produção orgânica, unidades de transformação de produto do leite, o Centro de Treinamento Agropecuário, algumas propriedades de turismo rural, colégio agrícola, entre outros. ■



Visita à propriedade de um agricultor familiar de São Miguel do Iguazu que produz orgânicos.



Trabalhadores devem denunciar más condições de trabalho

A Fetaep salienta a importância das denúncias chegarem efetivamente aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ou então à Fetaep. “Somente por meio dela poderemos efetuar um trabalho concreto e efetivo”, comenta o secretário de Assalariados da Fetaep, Jairo Correa. Segundo ele, após o recebimento das denúncias, a Fetaep formaliza o pedido de fiscalização junto ao MTE solicitando urgência para o caso.

Para denunciar, o trabalhador não precisa se identificar. Basta entrar em contato com o Sindicato ou com a Fetaep via e-mail, telefone ou carta e relatar as circunstâncias. Para a Federação, as denúncias podem ser enviadas para o e-mail assalariado@fetaep.org.br ou pelo telefone (41) 3322-8711. No entanto, é preciso ressaltar que a localização da propriedade onde os trabalhadores estão sendo explorados deve ser informada na denúncia. “Caso contrário, a atuação da fiscalização fica prejudicada”, informa o assessor da secretaria de Assalariados da Fetaep, Clodoaldo Gazola.

Para ele, um dos fatores que tem contribuído com a efetividade das denúncias é a proximidade

que os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) têm com as empresas – em especial as da cana – e com os trabalhadores. “Constantemente os STTRs estão em negociação coletiva com os empregadores e, em virtude disso, realizando assembleias com os trabalhadores com vistas à assinatura dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT)”, salienta. Essa proximidade, garante Clodoaldo, permite ao Sindicato observar em quais condições os trabalhadores estão desempenhando suas funções, além de aproximá-lo da base. “Favorecendo, dessa forma, as denúncias e a atuação do Sindicato”, comenta.

Em 2012, por exemplo, a Fetaep encaminhou à SRTE/PR quatro denúncias que envolveram um contingente de 80 trabalhadores. De acordo com Gazola, as denúncias – originárias dos municípios de Castro, Piraí do Sul e Tijucas - diziam respeito à falta de registro profissional, não fornecimento de EPIs e não observância da NR 31 referente às áreas de vivência - com alojamentos inapropriados e em condições subumanas -, entre outras irregularidades.

Ações da Fetaep contra o trabalho degradante

Para avaliar a situação do trabalho escravo e propor ações que combatam essa prática, a Fetaep faz parte do Pacto de Erradicação do Trabalho Análogo ao Escravo no Paraná criado em 2011 – formado por agentes governamentais do MPT e do MTE e por representantes dos trabalhadores e empregadores. Além disso, a Federação também participa da Comissão de Colaboração da Inspeção do Trabalho da Superintendência do Trabalho.

Outro ponto importante que vale destacar é que, anualmente, durante os Gritos da Terra – seja o estadual ou o nacional - a Fetaep e a Contag vêm demandando junto ao MTE uma série de ações visando melhorar a atuação fiscal. Entre elas, destaca-se: alterar o Decreto 73.626/74 regula-

mentando o contrato de safra e redefinindo o seu conceito de forma a evitar a sua utilização para camuflar o vínculo permanente de trabalho; criar um amplo programa de combate à informalidade, incluindo os trabalhadores de fronteiras do país; além de fortalecer e qualificar a estrutura operacional das Superintendências e das Gerências Regionais do Trabalho e Emprego, capacitando o corpo técnico e realizando concurso público para Auditores(as) Fiscais do Trabalho e para novos cargos.

“Ainda não estamos sendo atendidos pelo MTE de acordo com as nossas necessidades. Continuaremos persistindo nestas questões até nos sentirmos contemplados”, conclui o secretário de Assalariados da Fetaep, Jairo Correa. ■

Paraná: 3º estado com maior número de trabalho análogo ao escravo

Os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) demonstram que a utilização do trabalho análogo ao escravo ainda é uma triste realidade paranaense.

Segundo as ações realizadas pelo MTE, em parceria com o Ministério Público do Trabalho e com a Polícia Federal, em 2012 foram resgatados 256 trabalhadores em condições análogas à escravidão no Estado. Sendo que, desses, 125 foram encontrados atuando dentro de uma única usina de cana-de-açúcar de Perobal (Noroeste do Estado). De acordo com o MTE, o Paraná só ficou atrás do Pará, com 563 trabalhadores resgatados, e do Tocantins, com 321.

Diante desse cenário, para a Fetaep é preciso reconhecer que mesmo com as melhorias obtidas nas relações trabalhistas no meio rural, o trabalho degradante ainda persiste na sociedade moderna. “Não podemos fechar os olhos ou então tentar mascarar a realidade que está diante de nós”, lamenta o presidente da Fetaep, Ademir Mueller. Realidade esta, continua ele, que só não é maior em virtude da quantidade de auditores fiscais na estrutura de trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Paraná (SRTE/PR), que é insuficiente.

Segundo o secretário de Assalariados da Fetaep, Jairo Correa, as melhorias ocorridas no setor devem-se à publicação da Norma Regulamentadora 31 – que regulamenta a saúde e segurança no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura - e da Instrução Normativa 65 - que dispõe sobre o transporte rural. “Além disso, não podemos deixar de citar as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) e os Acordos Coletivos firmados entre os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) do Estado com a classe patronal, que têm o intuito de melhorar as condições de trabalho, saúde e segurança da categoria”, relata Mueller. ■

Módulo rural não será mais parâmetro para enquadramento sindical



O tamanho da propriedade embasada na quantidade de módulos rurais não será mais parâmetro para classificar o enquadramento sindical.

O Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, manteve a procedência da Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público Federal do Paraná (MPF) contra a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep). A ação determina que o enquadramento sindical rural, para fins de cobrança da Contribuição Sindical Rural, não deve levar em consideração o tamanho da propriedade.

Segundo a decisão, o critério utilizado para distinguir o trabalhador rural do empresário rural afronta o conceito jurídico de categoria econô-

mica e profissional. Portanto, o Decreto-Lei nº 1166/71- que dispõe sobre a cobrança da contribuição - está defasado, já suplantado por ordenamento constitucional vigente. Diante disso, o tamanho da propriedade embasada na quantidade de módulos rurais não será mais parâmetro para classificar o enquadramento sindical.

A partir de agora, aqueles proprietários de terras que atuam sob o regime de economia familiar só serão enquadrados como empregadores rurais caso façam uso de mão de obra contratada, ou seja, apenas se mantiverem funcionários permanentes em suas propriedades. Dessa forma, os trabalhadores serão enquadrados como agricultores familiares e não mais como empregadores rurais.

Para o presidente da Fetaep, Ademir Mueller, a decisão referenda a luta que a Federação encabeçou, há quase 18 anos, quando atendeu ao clamor de milhares de agricultores familiares que estavam sendo pressionados a pagar a contribuição patronal - com valor bem mais alto - em detrimento da contribuição laboral. “Há, inclusive,

muitas ações jurídicas tramitando com o intuito de obrigar o recolhimento dos pequenos proprietários para a CNA e para a Faep”, informa Mueller. Agora, continua ele, essas ações perderam seus embasamentos jurídicos e a Fetaep espera que a sentença judicial seja executada muito em breve, deixando o agricultor livre para optar pelo sistema que quiser contribuir.

Os assessores jurídicos da Fetaep, João Batista de Toledo e Antonio Miozzo, reafirmam que com a sentença caberá ao agricultor escolher qual entidade melhor o representa, sindicalmente falando. “Ele terá a liberdade de escolher para qual sistema irá recolher o tributo”, comentam.

Com a conquista, todo o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais sai fortalecido. “Teremos mais trabalhadores rurais participando das nossas bandeiras de luta”, diz Mueller. Além disso, a sentença poderá ser abrangente a outros estados brasileiros. “No entanto, caberá agora à Contag unificar e organizar a forma que se dará essa cobrança”, salienta o presidente da Fetaep. ■

Entenda o caso – Trabalhadores contrários à cobrança patronal

Segundo os assessores jurídicos da Fetaep, João Batista de Toledo e Antonio Miozzo, em 1995 havia um clamor muito grande por parte dos pequenos proprietários de terra - que não possuíam empregados permanentes contratados e eram enquadrados por módulo rural - contrários à obrigatoriedade de recolher a contribuição para o sistema patronal. “Os valores cobrados - e que ainda vem sendo cobrados - não condizem com a realidade dos pequenos proprietários rurais familiares, que desempenhavam suas atividades sem empregados permanentes. Jamais podendo, dessa forma, serem considerados empregadores uma vez que não tenham empregados contratados”, comentam Toledo e Miozzo.

Ansiosa por uma medida que coibisse essa cobrança, tendo em vista que esses proprietários

de terra nunca foram empresários rurais, a Fetaep mobilizou sua base e entrou com uma ação cautelar - ação preventiva de efeito temporário que visa garantir a eficácia do processo principal. “Em 30 dias, entramos com uma ação declaratória de inconstitucionalidade contra a união visando à desobrigação do pagamento da contribuição sindical patronal por parte dos pequenos proprietários”, relatam Toledo e Miozzo.

Foi nesse meio tempo, continuam eles, que a Fetaep levou o caso ao Ministério Público Federal do Paraná. “Sensibilizado com a causa, que se configurava extremamente exploratória, o MPF ajuizou uma ação civil pública contra a União, a CNA e a Faep”. A partir daí, o processo da Fetaep foi pensado na referida ação civil pública, a qual passou a tramitar sob a autoria do MPF. ■

Orientação aos STTRs – Trabalho de identificação deverá ser iniciado

Munidos com a decisão judicial, os STTRs deverão fazer um trabalho de campo para identificar esses agricultores familiares que estavam pagando a contribuição patronal. Após, o STTR deverá cadastrar esses trabalhadores para que eles passem a receber a contribuição de agricultor familiar e não mais na condição de empregador rural.

Com a decisão Judicial já transitada em julgado, o Incra será notificado e deverá fornecer à Fetaep uma relação de todos os proprietários rurais visando facilitar a identificação por parte dos Sindicatos.

Contribuição Sindical – É importante destacar que essa discussão se refere a qual entidade (laboral ou patronal) o pequeno produtor recolherá a contribuição sindical - que é imposto sindical federal com pagamento obrigatório. ■

37 estudantes da Casa Familiar Rural de São Jorge do Patrocínio visitaram a Fetaep



Conhecer o universo sindical foi um dos objetivos dos alunos da Casa Familiar Rural de São Jorge do Patrocínio ao visitar a Fetaep.

Estudantes do 2º e do 3º ano do Ensino Médio da Casa Familiar Rural de São Jorge do Patrocínio fizeram uma visita técnica à Fetaep, no dia 15 de maio, para conhecer um pouco mais sobre o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Paranaense. A visita faz parte do processo de aprendizagem de acordo com a metodologia adotada pela Casa Familiar – que propõe uma nova forma de ensino focada em vivências práticas.

Na Fetaep, os estudantes foram recepcionados pela secretária de Educação do Campo, Mercedes Demore, e ouviram palestras sobre o universo sindical. O presidente da Fetaep, Ademir Mueller, falou sobre importância da Federação em prol da categoria rural, enquanto os demais secretários – Mário Plefk, Aristeu Ribeiro, José Carlos Castilho e Marcos Brambilla – falaram cada qual sobre suas ações e atividades.

Ainda como parte do aprendizado, no dia 16 de maio, a Fetaep levou os jovens ao Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), situado em Pinhais.

Depoimentos – Durante a visita à Federação, como forma de agradecimento ao apoio que recebem da Fetaep, três estudantes leram um pequeno depoimento acerca da importância da Casa Familiar Rural em suas vidas. Seguem ao lado alguns trechos.



Ainda como parte do aprendizado, no dia 16 de maio, a Fetaep levou os jovens ao Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), situado em Pinhais.



ensinar e de ajudar”, Aline Lazarin (2º Ano).



“Nunca em minha vida imaginei que faria parte de uma escola tão completa, tanto em matéria de equipe, quanto de alunos e de metodologia de ensino. Esta escola me proporcionou uma oportunidade única: a de me descobrir. No início não me importava muito com a questão do meio rural. Somente com o tempo pude perceber despertar em mim o interesse pelo tema”, Patrícia Castilioni (2º Ano).



“Posso afirmar que a Casa Familiar Rural é a escola dos sonhos, onde todos os jovens que desejam um futuro promissor e um trabalho digno deveriam estudar. Além de aprender todas as matérias da base nacional, aprendemos diversos temas sobre a agropecuária – que é a realidade dos jovens do campo”, Daiane Nunes (2º ano). ■

Casa Familiar Rural – conheça seu funcionamento

As aulas nas Casas Familiares Rurais são em sistema de alternância, onde o aluno mescla períodos em regime de internato na escola com outros em casa. O programa é desenvolvido pela Secretaria da Educação em parceria com a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (Arcafar Sul), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

As Casas Familiares Rurais são espaços destinados à formação de jovens do meio rural e pesqueiro, que recebem formação técnica, profissional e gerencial, tendo como objetivo a sua qualificação, oferecendo alternativas de renda e de trabalho para permanecerem e beneficiarem a própria região. No Paraná são 41 estabelecimentos em todas as regiões do Estado com mais de 2 mil alunos atendidos.

O estabelecimento possui convênio com a Secretaria da Educação, que disponibiliza seis professores da rede pública do Estado para trabalharem as disciplinas da Base Nacional Comum por meio da Pedagogia da Alternância. ■

Com Arns, estudantes visitam o Palácio Iguazu



O governador em exercício e secretário da Educação, Flávio Arns, acompanhou, no dia 15 de maio, um grupo de estudantes da região Noroeste do Estado em uma visita à sede do governo estadual, o Palácio Iguazu. “O Palácio Iguazu está aberto para a visitação pública porque é um patrimônio do povo paranaense e uma oportunidade das pessoas conhecerem um pouco da história do Paraná”, afirmou Flávio Arns. O grupo conheceu os Salões de Atos e Nobre, a Sala dos Governadores e o gabinete da vice-governadoria. ■

Fonte: Agência Estadual de Notícias

► Aconteceu



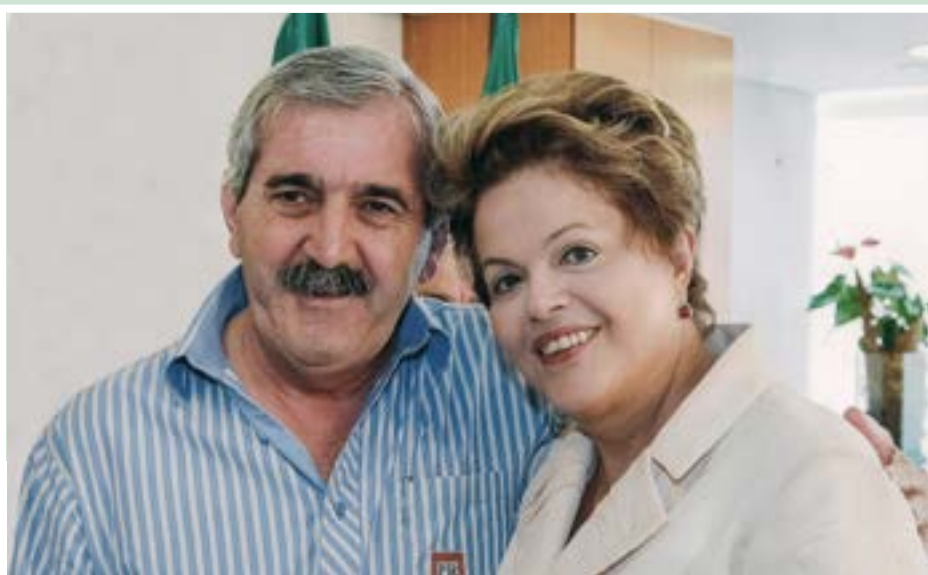
A nova diretoria da Contag, eleita para a gestão 2013-2017, foi empossada na noite de 26 de abril, em solenidade realizada na sede da Confederação, em Brasília. Representando o Paraná na diretoria estão: o coordenador estadual de Jovens e secretário de Agrárias da Fetaep, Marcos Brambilla, que passa a ser membro do Conselho Fiscal da Contag, e a secretária de Políticas Sociais, Marucha Vettorazzi, que assume o cargo de suplente de diretoria. Em homenagem ao trabalho desenvolvido nos últimos quatro anos, os diretores que deixaram seus cargos receberam uma mandala de presente, que é um símbolo universal, que representa equilíbrio e é uma arte do fazer coletivo.



Ex-presidentes da Fetaep, José Lázaro Dumont e Antenor Beni, em visita à Federação no dia 03 de maio ao lado do atual presidente, Ademir Mueller.



Alguns dirigentes do Paraná reunidos durante as ações do 19º Grito da Terra Brasil, realizado em Brasília nos dias 21 e 22 de maio.



Entrega da pauta do 19º Grito da Terra Brasil à presidente Dilma no dia 24 de abril.



Doze jovens de Quebec, no Canadá, estiveram na Fetaep no dia 14 de maio buscando conhecer a estrutura sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais paranaenses. Na ocasião, o presidente da Fetaep, Ademir Mueller, apresentou a Federação como um todo, enquanto os demais diretores sanaram algumas dúvidas da comitiva.